

negócios iniciativas

Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios n.º 3234, de 19 de Abril de 2016, e não pode ser vendido separadamente.

Fileira do tomate e das frutas dá cartas

- ▶ Consumidor quer autenticidade
- ▶ Produtores têm de se organizar
- ▶ Banca já se interessa pela agricultura

Retrato estatístico

Portugal cada vez mais dependente do exterior

Fundos europeus

Agricultura tem programa próprio

Alfredo Muñoz



Publicidade

CICLO
MAIS PORTUGAL:
DO PRODUTOR AO CONSUMIDOR

BANCO POPULAR / NEGÓCIOS

<http://maisportugal-popular.negocios.pt>

SECTOR
AGRO-ALIMENTAR
FILEIRA DO
TOMATE/FRUTA

Popular

O banco que é para si

negócios

NEGÓCIOS INICIATIVAS Observatório da fileira frutícola

RETRATO ESTATÍSTICO

Fruta a menos? Portugal cada vez mais dependente do exterior

Em 30 anos, Portugal tornou-se mais dependente do exterior para o seu consumo e processamento de fruta. Por outro lado, mantém-se um país dominado pela uva (para vinho) e pela azeitona (para azeite).

A HISTÓRIA DA FRUTA EM PORTUGAL

O Negócios já fez um especial sobre agricultura. Agora, cava mais fundo e olha em exclusivo para a fruta. O retrato e a evolução do sector nas últimas décadas. O tomate tem um especial destaque.

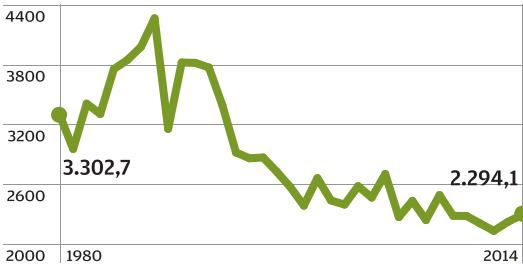
Agricultura menos relevante

Peso do VAB da agricultura, silvicultura e pesca na economia



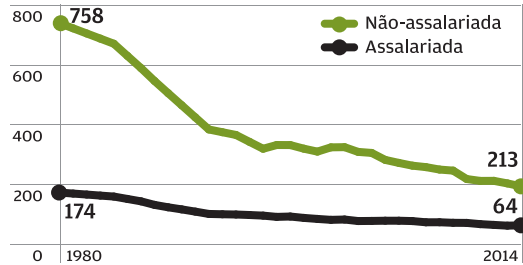
Actividade agrícola perde peso

VAB da agricultura a preços constantes



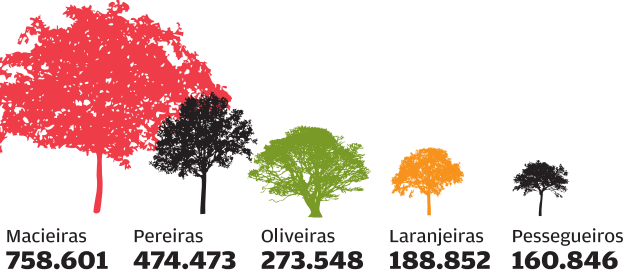
Cada vez menos não-assalariados

Mão-de-obra na agricultura (em milhares de pessoas)



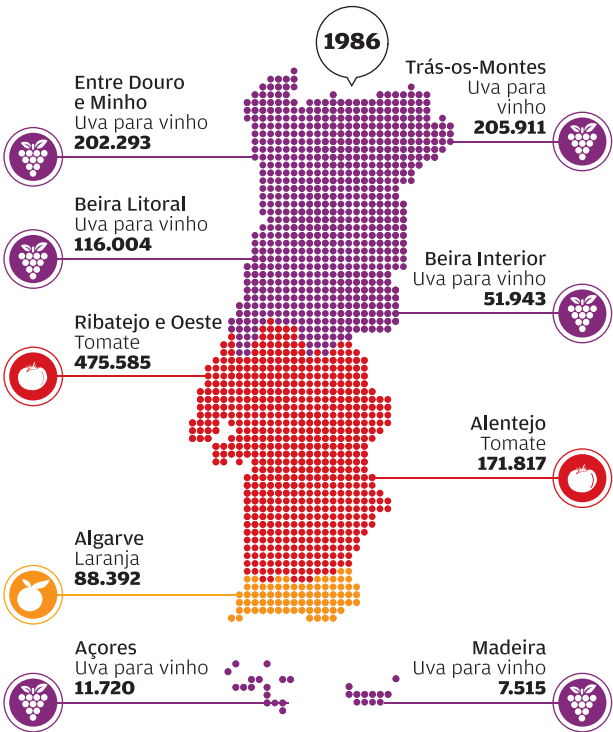
Macieiras lideram as vendas de árvores

Árvores de fruto vendidas a agricultores (2015)

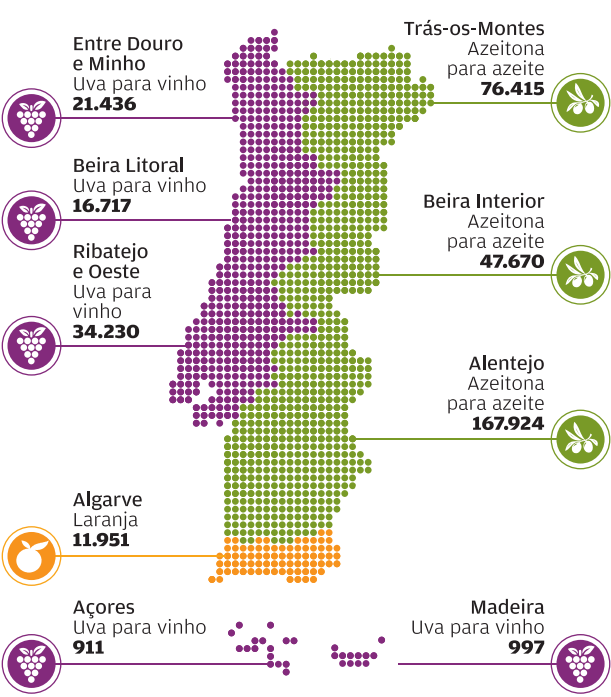
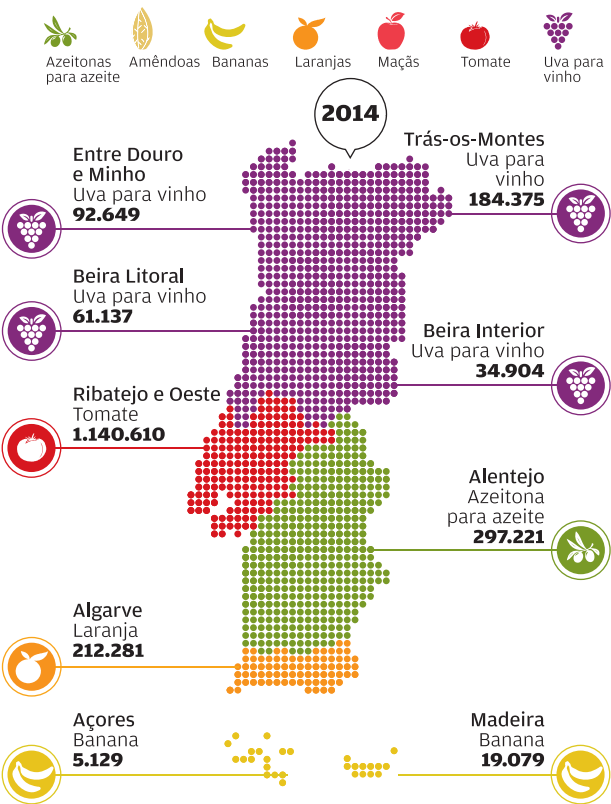
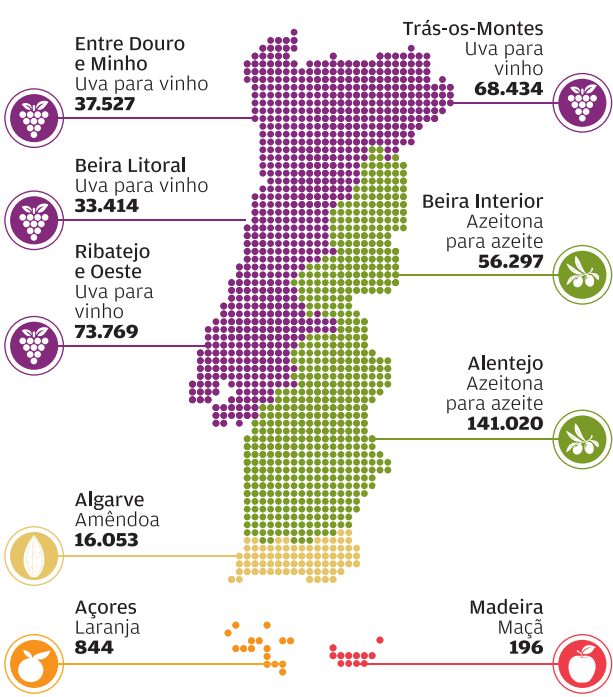


O domínio da uva e da azeitona

Principais culturas por região (em toneladas)



Principais culturas por região (em hectares)



NUNO AGUIAR
naguiar@negocios.pt
ROSA CASTELO
Infografia

Quanto mais tempo passa, mais Portugal se torna dependente do exterior para o seu consumo de fruta. Nos últimos 25 anos, a produção nacional representa uma percentagem cada vez mais baixa em relação àquilo que seria necessário para satisfazer as necessidades internas. Entre 1989 e

2014, as quatro categorias de frutas registaram uma quebra entre 5 e 43 pontos percentuais no grau de autoprovimento das quatro categorias de frutos. Este grau de autoprovimento traduz a relação entre a produção realizada dentro de portas (com matérias-primas nacionais) e o consumo ou utilização feita em território português. Ou seja, quanto depende um país de importações do exterior para satisfazer as suas necessidades internas, seja para os consumidores, seja para as empresas utilizarem noutros produtos.

As maiores diferenças observa-

ram-se nas categorias “frutos secos” e “frutos secados”. Qual é a diferença? Os frutos secados são obtidos através da desidratação da fruta (pense nas “passas” que come no Natal). Esses dois tipos de fruta registaram quebras de 43,2 e 37,8 pontos percentuais, respectivamente. Ou seja, no caso dos “frutos secos”, por exemplo, a produção nacional era suficiente para cobrir 120% das necessidades nacionais em 1989/90. Agora, em 2013/2014, chega apenas para 77% da mesma.

Essa é a maior contracção, mas não está sozinha. Nos “citrinos”, a diminuição do rácio de autoprovimento

teve menor expressão, devido a uma recuperação substancial entre 2008 e 2013 (de 68,8% para 93,1%), com uma nova quebra no último ano para o qual há dados. Uma tendência semelhante à registada nos “frutos frescos” que, depois de afundarem nos anos 1990, estagnaram na década anterior, tendo iniciado uma recuperação desde 2009 até hoje. Ainda assim, a produção nacional passou de ser capaz de cobrir 84% das necessidades internas para 74%. Nos “citrinos”, passou de 90,1% para 85,2% nesses 25 anos.

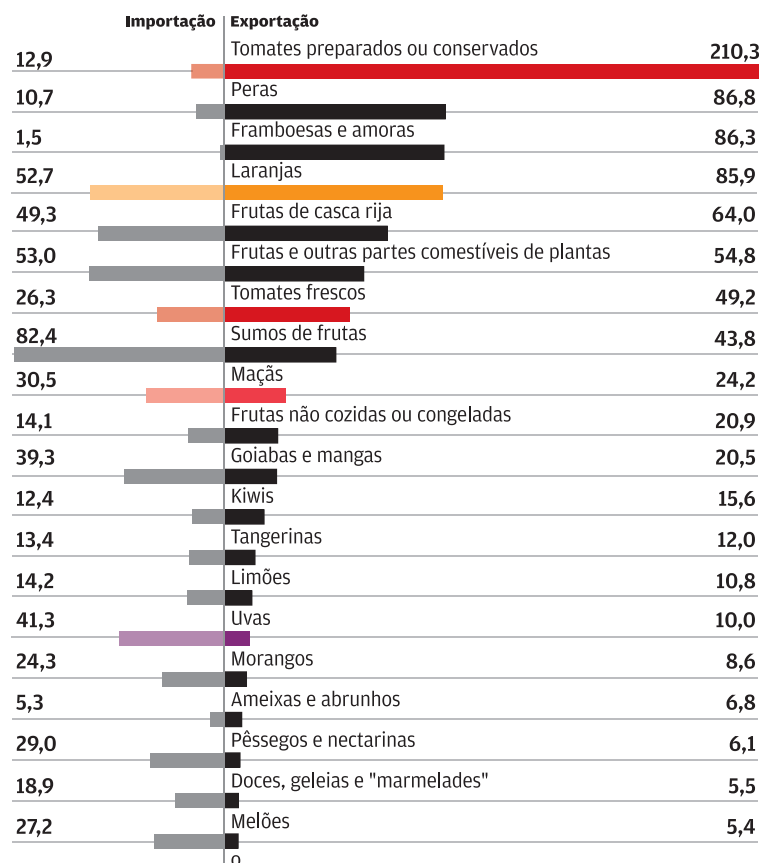
No que diz respeito ao espaço ocupado pelas culturas – e excluindo legu-

mes e cereais – as oliveiras continuam a dominar a paisagem nacional, com 343 mil hectares, cerca de mais 15 mil do que em 1986. A seguir surge a uva para fabrico de vinho, apesar da quebra de 74 mil hectares.

Se a avaliação for feita pelo nível de produção, medido em toneladas, o líder nacional é actualmente o cultivo de tomate para a indústria, que alcança hoje 1,3 milhões de toneladas (mais do dobro de 1986). Por outro lado, a produção de vinho, embora lidere em muitas regiões, está em segundo lugar a nível nacional, tendo caído 200 mil toneladas em 30 anos. ■

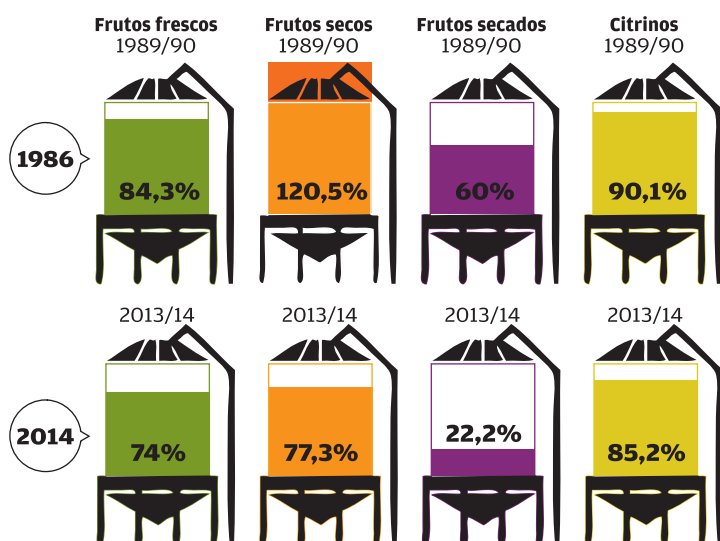
Tomate domina as vendas, sumos as compras

Principais exportações de frutas portuguesas (milhões de euros)



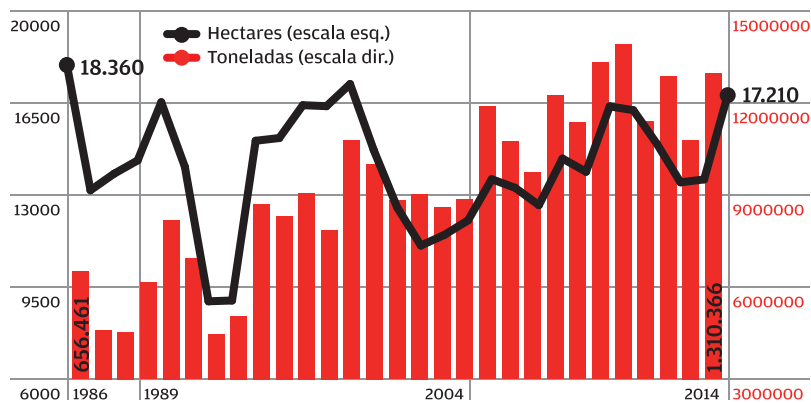
Portugal mais dependente do exterior

Grau de auto-provisionamento das frutas



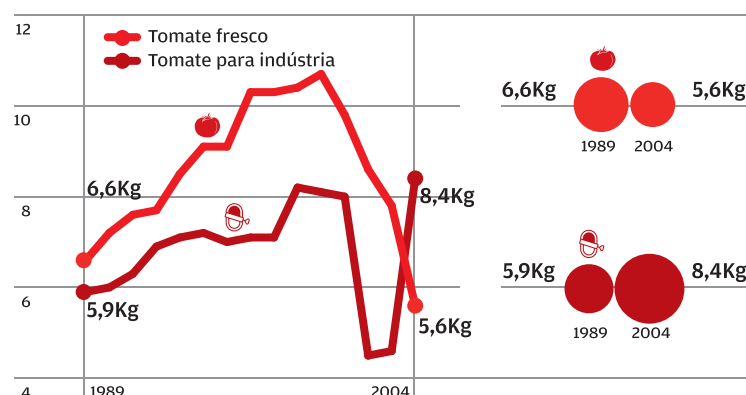
Produção de tomate dispara em 30 anos

Produção e área de cultivo de tomate



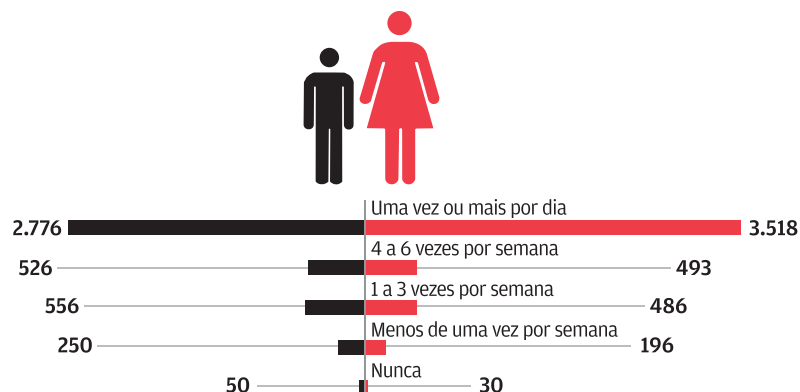
Consumo de tomate muito irregular

Consumo de tomate fresco e industrializado (Quilos por habitante)



Mulheres comem mais fruta do que os homens

Consumo de fruta entre a população com mais de 15 anos (em milhares de pessoas)



A ascensão do tomate

A produção de tomate para indústria disparou nos últimos 30 anos para o dobro. Entre 1986 e 2014, as toneladas produzidas passaram de 656 mil para 1,3 milhões por ano. Um movimento que decorre de uma maior rentabilidade, uma vez que a área dedicada a esta actividade não aumentou nesse período.

Pelo contrário, embora flutue bastante, em 2014 era até mais limitada do que em 1986, estando actualmente nos 17.210 hectares, depois de um aumento de 23% face a 1986.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), este aumento resultou de um alargamento do período de recepção e melhores condições contratuais e perspectivas mais favoráveis de venda de produtos a Espanha. Por outro lado, 10% a 20% do tomate ficou no solo por não ter condições para processamento industrial.

A produção de tomate para indústria duplicou entre 1986 e 2014, sem que a área de cultivo tenha aumentado.

NEGÓCIOS INICIATIVAS Observatório da fileira frutícola

“THINK TANK” NEGÓCIOS/BANCO POPULAR

Consumidores querem mais autenticidade nos alimentos

Alfredo Muñoz



Numa reunião à porta fechada, a proposta foi falar livremente da fileira do tomate e fruta com uma regra: tudo pode ser escrito, nada pode ser atribuído.

Qualidade, autenticidade, comodidade. Tudo isto é procurado pelos consumidores nos alimentos que comprem, quer sejam frescos, quer sejam transformados. Um desafio para a fileira.

O consumo está a mudar e o consumidor também. Em particular os “millennials” (geração Milénio), que estão a trazer novas tendências de consumo na alimentação. A qualidade só já não chega. Agora acrescenta-se a diferenciação.

A investigação é, por isso, na agricultura, mas também na indús-

tria agro-alimentar, crucial. “O mercado está mais desperto para inovações.” Se no virar do século o que contava era o preço, agora “avontade de experimentar coisas novas, as implicações que os alimentos têm na saúde, os produtos funcionais”, são argumentos de compra.

Isto é verdade, mas há quem lembre que os estudos de merca-

do acabam, por vezes, por ser contraditórios. É que se por um lado no local de compra os consumidores optam por dizer que olham mais para o preço, qualidade e origem; quando a pergunta é feita fora do espaço de aquisição a resposta inverte e aponta-se a origem como factor principal de decisão, só se falando do preço em terceiro lugar.

Mas o que se sente, no dia-a-dia, acaba por reforçar a importância do preço baixo em muitos dos casos. E é por isso que surgem no mercado, por exemplo, maçãs a 50 céntimos/quilo, quando há outras

a serem vendidas a 2,49 euros/quilo. Uma diferença que procura consumidores diferentes. Certo é que há consumidores dispostos a dar esse valor superior. “Há produção nas frutas e legumes que pode ser transformada em ‘gourmet’.” Hoje a fruta é escolhida, no período da campanha, todos os dias, e todos os dias se faz a selecção, incorporando-se qualidade, valorizando o produto. Mas nesta vertente agrícola, o custo da mão-de-obra chega a pesar 40% da produção.

O consumidor é exigente, mas a indústria também. Por isso, quer

no fresco quer no produto que segue para transformação, a qualidade é hoje crucial, afirmam quase em uníssono os diferentes agentes que participaram no “think tank” Negócios/Banco Popular sobre a fileira do tomate e da fruta. Os consumidores procuram, em qualquer um desses segmentos, autenticidade. E sabe-se hoje que a geração Milénio é menos leal às marcas, é experimentalista, come de forma menos formal, gosta de petiscar e dos “snacks”, olha para as questões ambientais, nomeadamente ao nível da embalagem,

Organização de produtores é necessária

Sumo de tomate no Japão é “made in” Portugal

A indústria de transformação de tomate em Portugal exporta quase toda a sua produção. O Japão é um dos seus clientes. E segundo foi referido no “think tank” Negócios/Banco Popular dedicado ao tomate e à fruta, 80% do sumo de tomate consumido no Japão é de origem portuguesa. E se há uns anos este produto era consumido essencialmente pelos mais velhos, tornou-se uma bebida “trendy” (na moda) para os mais novos. Uma oportunidade que a indústria transformadora em Portugal aproveitou. Italagro, do grupo Hit, e Sugat são os maiores exportadores deste tipo de produtos. Os japoneses, por outro lado, procuram produtos com garantia de segurança alimentar, olhando, mesmo, para a origem dos ingredientes e produtos, assegura-se no “think tank” dedicado a esta fileira.

quer doses mais pequenas e mais convenientes e práticas, fáceis de transportar e de consumir. E que tenham impacto sobre as suas preocupações de beleza, saúde, bem-estar. Há um trabalho para que “o produto chegue ao consumidor cada vez mais próximo do natural na vertente organoléptica”. Daí a procura de menos aditivos, menos processamentos, e mais segurança. A que tem sempre de se juntar a componente preço. ■

ALEXANDRA MACHADO

A organização de produtores é essencial para que tenham capacidade de resposta e consigam negociar em melhores condições. Há quem garanta que tem havido um trabalho “interessante” nesta organização de produtores. Há pelo menos dois casos apontados como “case studies”: pêra rocha e maçã de Alcobaça, ambas da região do Oeste. Mas há outros frutos que estão a fazer o seu caminho. É referenciado o trabalho que já se conseguiu nas laranjas e pequenos frutos.

Se há bons exemplos, há outros que são apontados como menos bons. “Há muitas áreas em que não funciona”, assume-se. Os morangos acaba por ser um dos exemplos falado. Sem organização, acaba por não haver massa crítica suficiente para negociar com clientes, quer

seja nos frescos a grande distribuição, quer seja para a indústria. Esta, aliás, queixa-se de não ter um interlocutor e, consequentemente, não conseguir desenvolver conceitos de parceria.

Existe esse conceito em algumas fileiras, como a do tomate. Passou-se para um sector com cinco mil agricultores nos anos 1990 para cerca de 200, mas com mais produção. Foi “a sobrevivência dos me-

Há muitas áreas em que não há organização entre produtores.

lhores”. E hoje Portugal é dos países com maior produção per capita de tomate, que vai na maior parte para a indústria. Esta trabalha directamente com os produtores. Afinal, a matéria-prima agrícola pesa 60% dos custos de produção desta indústria, pelo que a competitividade é chave. Mas há quem defenda que a indústria é, nestes produtos agrícolas, “um regulador de preço”, mas já não pode servir como um refúgio para quando não se vendem os frutos frescos. A qualidade exigida é cada vez maior.

A indústria quer contratualização. Mas nem sempre é fácil. Até porque, no caso dos frescos, o valor que o produtor recebe pode acabar por ser maior. Mas mesmo assim só em alguns momentos. A indústria, diz-se, pode garantir o tal equilíbrio de preços. ■ AM

Desvalorização do euro ajuda, mas TTIP ameaça

Há quem tema o TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership, que é como quem diz o acordo União Europeia-EUA para o comércio transatlântico). “É uma ameaça”, mas “temos de lutar e pensar como dar a volta. Não vamos achar que vamos viver permanentemente dentro de uma redoma de vidro.”

A situação pode não ser sentida por todos os responsáveis, mas há quem veja no acordo transatlântico um risco. Depende do mercado onde se insere.

Mas se o TTIP é visto como ameaça, há quem lembre que a desvalorização que o euro sofreu é benéfica para quem exporta. Ainda que esteja a valorizar este ano face ao dólar 4%, nos dois últimos anos (2014 e 2015) desvalorizou mais de 10%, em cada um desses anos. Uma

oscilação que ajudou alguns dos protagonistas. “Poucos tiveram esta diferença nos custos”, realçou um dos presentes cujos principais concorrentes estão ligados ao dólar.

Também a desvalorização da moeda chinesa ajudou em alguns casos, segundo foi referido no “think tank” Negócios/Banco Popular, dedicado ao tomate e à fruta e que tem como regra poder escrever-se tudo o que é dito, mas sem atribuições das citações.

Apesar do câmbio a favor das empresas do euro, há o grande desafio de tornar Portugal mais competitivo, quer na produção agrícola, quer na indústria. A investigação tem, por isso, também de ser feita a pensar em maiores níveis de produtividade e fazer aquilo que os outros não conseguem. A investigação está,

aliás, a ser feita em toda a linha, estando, em alguns frutos, mais desenvolvida do que outras.

Há, também, por outro lado, quem defenda a existência de um pólo de competitividade do sector primário. Portugal tem hoje 11 pólos e meia dúzia de “clusters”. A agricultura pode ser um deles. Tem de haver uma interacção crescente, diz-se, entre a produção, universidades e entidades do sistema científico e tecnológico e é “necessário ir mais longe do que apenas saber produzir”. E o ir mais longe tem de integrar outros agentes, como a indústria, embalagem, distribuição, numa “lógica de eficiência colectiva”. Também ao nível da política, economia e agricultura não podem estar desligados. Também aqui os políticos têm de falar. ■ AM

TOME NOTA

Há um caminho a percorrer

Da produção ao consumo, há um mundo de oportunidades a explorar. Mas também há ameaças. Confira.

FORÇAS

Clima Portugal tem condições climáticas que lhe permitem bons desempenhos agrícolas.

Qualidade É referida como uma força deste sector. Há produção de qualidade.

Conhecimento Há, como dizem, o saber-fazer em Portugal. O que também permite qualidade.

FRAQUEZAS

Clima Se o clima é uma força, também pode ser uma fraqueza, dependendo do ano. E há países com mais colheitas.

Localização Por estar na periferia do Centro da Europa, os custos de transporte são maiores e está longe de muitos dos centros de decisão.

AMEAÇAS

Decisões políticas O poder quer nacional quer europeu, diz-se, não tem muitas vezes em conta o sector.

Geopolítica Os problemas internacionais ditam mudanças no sector.

Energia É referida como cara.

Radicalismo ideológico Fala-se desse radicalismo mais ligado aos produtos animais.

OPORTUNIDADES

Mudanças de consumo Compra responsável, novos hábitos de consumo e autenticidade podem ser oportunidades.

Organização de produtores Ao juntarem-se conseguem massa crítica para negociar com clientes, quer seja distribuição, quer seja indústria.

NEGÓCIOS INICIATIVAS Observatório da fileira frutícola

“THINK TANK” NEGÓCIOS/BANCO POPULAR

Banca desconfiava, agora interessa-se

A banca não era muito “amiga” da agricultura em termos de financiamento de projectos. Mas nos últimos anos começou a interessar-se mais por este sector.

O financiamento no sector da agricultura nem sempre foi fácil. A banca não se interessava.

“Nos últimos anos é que a banca se começou a interessar”, admitem os responsáveis presentes no “think tank” Negócios/Banco Popular, cuja regra é a de que, para uma expressão mais livre das ideias, há o compromisso de não serem identificados nas citações. “Quando levávamos um projecto agrícola ninguém se interessava”, acrescentam, garantindo, no entanto, que isso tem vindo a mudar.

“Agora há mais sensibilidade para isso”, quando há uns anos

nem queriam ouvir falar de projectos cujo “payback” (retorno do investimento) era a dez anos ou mais.

Há ferramentas hoje em dia disponíveis. Até porque há sectores e sectores. E na indústria de tomate, o malparado é de apenas 1%, quando o sector não financeiro tem um malparado de 15%. No sector frutícola, este indicador está em cerca de 2%. Ainda assim, a dívida líquida sobre o EBITDA está em seis vezes, o que também pode estar associado a um período de maior investimento.

Política não entra

Se a dificuldade de financia-

mento pode ser um entrave ao sector, há outros apontados pelos responsáveis. E aí há união.

“Pedimos que não haja interferências de políticas que venham distorcer as regras do mercado.” É que, acrescentam, “para o mercado estamos preparados, para a política é que temos mais dificuldades”.

O sector queixa-se de regras ditadas por decisores que não conhecem bem o sector. Nos decisores inclui-se também a União Europeia. Fala-se de regras ligadas à segurança alimentar ou ao mercado laboral que acabam por penalizar quem está no espaço único europeu, em detrimento dos importadores que, em muitos casos, não têm regras tão apertadas. “Não é tão exigente com os produtos fora da União Europeia, pelo que acaba por promover concorrência

desleal.” Segurança alimentar ou condições laborais são referidas como podendo ditar regras mais apertadas para quem está na Europa. Mas não é fácil medir o impacto nos custos dos produtores europeus, mas há quem contabilize um diferencial de 15%.

O sector queixa-se e pede, por outro lado, maior fiscalização nas fronteiras europeias.

Há também quem fale, nesta vertente dos custos, do preço da energia, penalizador na Europa, nomeadamente em Portugal face aos Estados Unidos da América, onde está parte da concorrência.

Tudo somado, o sector acredita que estas são algumas das dificuldades que se colocam na Europa à agricultura e à indústria a ela ligada, também impactada fortemente por questões geopolíticas. ■ AM

Alfredo Muñoz



O Negócios e o Banco Popular juntaram vários interesses da fileira do tomate e fruta para discutirem o sector.

PROTAGONISTAS

Quem esteve no think tank sobre tomate e fruta

Optou-se pela regra Chatham House, em que tudo pode ser escrito, mas nada pode ser atribuído para maior liberdade de opinião.



CARLOS ÁLVARES

Presidente do Banco Popular Portugal



DOMINGOS SANTOS

Presidente da Federação das Organizações de Produtores de Fruta e Hortícolas



JOÃO MIRANDA

Presidente da Frulact



JOÃO ORTIGÃO COSTA

Líder internacional do Grupo Sugal



JORGE SOARES

Administrador executivo da Campotec



MARTIN STILWELL

CEO do Hit-Group-Italagro

PERGUNTAS FREQUENTES

Guia para candidaturas aos fundos na agricultura

O financiamento à actividade agrícola e ao investimento no sector, subsidiado por Bruxelas, tem um prazo de vigência a sete anos, iniciado, na prática, em 2015. ISABEL AVEIRO

QUE APOIOS DIRECTOS HÁ PARA OS AGRICULTORES?

A União Europeia (UE) apoia de forma directa os agricultores na sua actividade (através do primeiro pilar da Política Agrícola Comum). O valor que Portugal tem para o quadro em vigor (2014-2020) é de 4,4 mil milhões de euros. Como, em concreto, a PAC actual só entrou em vigor no ano passado (e tem um ano adicional para esgotar verbas), terminará em 2021. Até lá, e pelo plano que o anterior Executivo elaborou, 48% desta verba será para pagamentos-base aos produtores já instalados, 30% para medidas ambientais (“greening”), 20% a apoios ligados à produção (“herança” da antiga PAC) e 2% dedicado a jovens agricultores. Os apoios são muito variáveis, consoante a produção em causa. O IFAP publica o calendário dos pagamentos que efectua.

4.438 PAGAMENTOS

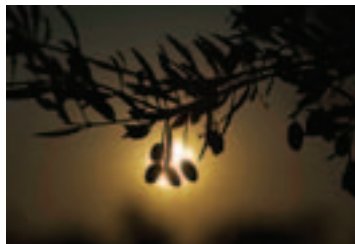
Em Portugal, o regime dos pagamentos directos tem 4,4 mil milhões até 2021.

HÁ APOIOS MESMO PARA ÁREAS PEQUENAS?

Sim. Os agricultores com áreas mais pequenas também têm direito a candidatar-se a fundos europeus à actividade, sobretudo num quadro de desligamento da dependência do apoio àquilo que se produz – caminho que a PAC tem vindo a fazer nas últimas reformas. Todos os agricultores que tenham uma área mínima de meio hectare e tenham recebido ajudas inferiores a 500 euros no ano passado, estão abrangidos pelo Regime da Pequena Agricultura. Ou seja, ficam automaticamente elegíveis ao fazer a candidatura deste ano a um apoio mínimo de 500 euros. Os pagamentos directos são pagos, normalmente, em Dezembro de cada ano. E podem ser acumulados com apoios ao desenvolvimento do sector.

O QUE FAZER SE QUISER MODERNIZAR O LAGAR?

A PAC prevê verbas para o desenvolvimento das actividades agrícolas, pecuárias, silvícolas e florestais na Europa a



28 Estados. Cabe a cada membro da União definir o que fazer com a verba (no caso de Portugal serão 4,05 mil milhões de euros até 2020/21), através do seu Plano de Desenvolvimento Rural. E aqui cabem, no fundo, todos os apoios a que os agricultores e empresários agro-pecuários e florestais se podem candidatar para o arranque, expansão e renovação da sua actividade – desde criação de um negócio de ervas aromáticas, à replantação de um olival, ao alargamento da produção de uma adega ou mesmo à introdução de um sistema de rega. Os concursos são abertos durante o ano. Para ajudar ao planeamento do investimento privado (o financiamento público neste caso não é a 100%), cabe à secretaria de Estado da Agricultura fazer a promoção da abertura de candidaturas por tipo de acção, processo que pode ser consultado no site do PDR 2020. É no mesmo balcão virtual que os beneficiários podem submeter e acompanhar as suas candidaturas. Para quem é estreante, as confederações de agricultores e associações sectoriais serão os melhores consultores nas várias etapas das candidaturas.

HÁ APOIOS PARA JOVENS AGRICULTORES?

É “jovem agricultor” o promotor de candidatura que tenha “idade compreendida entre os 18 e os 40 anos, inclusive, e se instale pela primeira vez numa exploração agrícola”. Além de terem pagamentos directos apropria-

dos, os jovens agricultores são igualmente beneficiados no plano de desenvolvimento ao sector. Para investimentos mínimos elegíveis de 55 mil euros e “inferior ou igual a três milhões de euros”, os jovens que se dediquem à agricultura têm prémio à instalação, sobre a forma de financiamento não reembolsável, de 15 mil euros. A majoração (a partir de 25%) sobe à medida do investimento (a contar dos 80 mil euros).

500 PEQUENA PRODUÇÃO

Regime de pequena agricultura está previsto no PDR, com apoio de 500 euros por ano.

AS REGIÕES AUTÓNOMAS ESTÃO ABRANGIDAS?

A agricultura e a agro-pecuária das duas regiões autónomas portuguesas, também como ultraperiféricas que são, têm regimes próprios de apoio, participados por cada orçamento. Dos 4,05 mil milhões previstos no plano de desenvolvimento rural nacional (PDR 2020), uma fatia de 3.583 milhões de euros fica em Portugal Continental. Uma parcela de 295,3 milhões de euros irá para os Açores, a que a região autónoma adicionará mais 45 milhões para o ProRural+ nos próximos sete anos. No caso da Madeira, o ProDeRAM receberá 179 milhões de euros de Bruxelas nos próximos sete anos, a que o orçamento regional juntará outros 25 milhões.



A AGRICULTURA TEM RISCOS. HÁ SEGUROS?

O sistema de seguros – que era claramente ineficiente e cronicamente deficitário nos últimos anos – passou a estar integrado no novo quadro comunitário de apoio 2020. O que quer dizer que os seguros de colheitas terão, pelo menos, financiamento previsto para os próximos sete anos. Culturas como a vinha e algumas frutas têm seguros específicos.

4.057 DESENVOLVIMENTO

Plano que financia investimento tem outros 4,05 mil milhões para apoiar a agricultura.

HÁ VANTAGENS NAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES?

Sim, várias. Ao nível da obtenção de financiamentos, da majoração como jovem agricultor e até mesmo na candidatura a financiamento de seguros de colheitas. Bruxelas quer, Lisboa aceitou e legislou em conformidade, que agricultores, produtores, mas também donos de áreas florestais, se associem em entidades e organizações, de forma a ganharem força negocial com outras partes, com ganhos, acreditam, na sustentabilidade da gestão das áreas naturais. Em Portugal este é um tema fundamental nos próximos sete anos, num contexto de fim de quotas leiteiras na União Europeia em 2015, mas também tendo em conta o novo acordo comercial do bloco de 28 Estados-membros com os EUA (TTIP, na sigla inglesa).



TOME NOTA

Quais os apoios com candidaturas abertas?

O calendário de concursos pode ser consultado no site PDR 2020. Nesta fase há apenas um programa de candidatura aberto.

RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL PRODUTIVO

Até ao final do dia de 30 de Abril deste ano está aberto o concurso para o restabelecimento do potencial produtivo. Este apoio visa apoiar a reconstituição de explorações agrícolas ou perímetros de rega que foram danificados pelas intempéries entre 12 e 15 de Fevereiro deste ano. Mas só as que estão em determinadas freguesias, que podem ser consultadas no diploma. O montante do apoio disponível é de 13 milhões de euros: 2,88 milhões para explorações agrícolas; 120 mil para perímetros de rega; e 10 milhões para reposição de muros de pedra posta na área geográfica correspondente ao designado “apoio zonal Peneda -Gerês” e na Região Demarcada do Douro.

PRÓXIMO CONCURSO PARA GRUPOS OPERACIONAIS

Segundo o site PDR 2020, o próximo concurso que será aberto é destinado a apoiar a Inovação no sector agrícola nacional no quadro da Parceria Europeia para a Inovação (PEI) para a produtividade e sustentabilidade agrícola. O apoio tem um valor máximo de 550 mil euros, estando limitado a um período máximo de sete anos.